



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140862 - MG (2021/0003196-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : VALDINEI CARDOSO DAS NEVES (PRESO)
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE CUNHA - MG182753
CLEITON AFONSO MACHADO - MG189211
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : DOUGLAS FERREIRA DA CRUZ CRUVINEL
CORRÉU : DIONE CLAYTON CORTES

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VALDINEI CARDOSO DAS NEVES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.566652-2/000).

O paciente está segregado cautelarmente, em razão de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 121, §2º, incisos II, III e IV, do Código Penal.

Alega o impetrante que a decisão que decretou a preventiva é ilegal, haja vista ter sido exarada de ofício. Sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal pelo excesso de prazo da prisão, que perdura desde 31/8/2018. Invoca a Recomendação n. 62-CNJ/2020 e a excepcionalidade da prisão preventiva, como forma de evitar o contágio pela covid-19.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva decretada de ofício, ou alternativamente, pelo fundamento de excesso de prazo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e

c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 853):

Por fim, registro que todo o sistema penitenciário do Estado de Minas Gerais está sendo devidamente monitorado pelas autoridades competentes, em razão da pandemia gerada pelo Coronavírus, sendo que casos suspeitos estão isolados e pessoas em situação de risco devidamente monitoradas e acompanhadas pelos profissionais, hipótese não versa *in casu*.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Quanto à legalidade da decretação da prisão preventiva de ofício está fundada em jurisprudência desta Corte no sentido de que "a despeito das alterações efetivadas pela Lei n. 13.964/2019, não há nulidade na conversão da prisão em flagrante em custódia cautelar, de ofício, pelo Magistrado singular, diante da urgência com que deve ser tratada essa hipótese (RHC n. 131.355/MG, relator o Ministro Rogério Schietti Cruz, DJe de 4/11/2020)".

No que diz respeito às demais alegações, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente